



Relatório Técnico 00016/2023-1

Produzido em fase anterior ao julgamento

Processo: 06824/2022-6

Classificação: Prestação de Contas Anual de Ordenador

Exercício: 2021

Criação: 03/02/2023 13:45

Origem: NCONTAS - Núcleo de Controle Externo de Contabilidade

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (GESTÃO)

Ente	Presidente Kennedy
Unidade Gestora	Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy
Exercício	2021
Vencimento	31/12/2023
Responsável(eis) ¹	DORLEI FONTOA DA CRUZ
Responsável ²	DORLEI FONTOA DA CRUZ

1. Responsável pela gestão dos recursos públicos no exercício base da prestação de contas
2. Responsável pelo envio da prestação de contas

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	3
2.	FORMALIZAÇÃO.....	4
2.1	CUMPRIMENTO DE PRAZO	4
2.2	ASSINATURA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL	4
3.	GESTÃO PÚBLICA.....	4
3.1	ANÁLISE DE CONSISTÊNCIAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ...	4
3.2	GESTÃO PATRIMONIAL	10
3.3	GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	12
3.4	DISPONIBILIDADES E REGISTROS PATRIMONIAIS	14
3.5	ANÁLISE DO RELATÓRIO E DO PARECER DO CONTROLE INTERNO ..	19
3.6	RECOLHIMENTO DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS.....	20
3.7	PARCELAMENTOS DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS	22
3.8	ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DOS INCENTIVOS FISCAIS.....	22
3.9	ANÁLISE DA DÍVIDA ATIVA	24
3.10	PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS - IN TC 36/2016	26
4.	MONITORAMENTO	30
5.	CONCLUSÃO E PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO	30

1. INTRODUÇÃO

A Prestação de Contas Anual (PCA), objeto de apreciação nestes autos, reflete a atuação do gestor responsável, no exercício das funções administrativas.

Atendendo às disposições contidas no art. 135 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Espírito Santo e na Instrução Normativa 68/2020, a Prestação de Contas Anual (PCA) é composta pelas demonstrações contábeis e demais peças e documentos que integram a referida PCA, constituindo-se nas contas da Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy.

A tabela que segue demonstra a evolução do quadro de pessoal do(a) Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy no final do exercício sob análise em comparação com o exercício anterior.

Tabela 1) Quadro de Pessoal

Servidores	Exercício Anterior	Exercício Atual	Var(%)
Efetivos	290	264	-8,97
Temporários	83	81	-2,41
Comissionados	83	98	18,07
Agentes Políticos	2	2	0,00
Demais Vínculos	4	3	-25,00
Total	462	448	-3,03

Fonte: CidadES Informações Módulo Folha de Pagamento

Em relação ao escopo mínimo de análise previsto na Resolução 297/2016, para o presente exercício, em função da necessidade de desenvolvimento de metodologia e funcionalidades nos sistemas de análise, não foi possível concluir acerca do atendimento à ordem cronológica de pagamentos, prevista na legislação de licitações e contratos, e da possível repercussão de achados de fiscalizações realizadas pelo Tribunal na presente prestação de contas.

As contas ora apresentadas e os processos conexos e/ou continentais apensados foram objeto de análise pelo Auditor de Controle Externo que subscreve o presente Relatório Técnico Contábil (RTC), com vistas ao julgamento das contas de gestão do responsável.

Considerando o resultado da análise do processo sob apreciação, tem-se a evidenciar o que segue:

2. FORMALIZAÇÃO

2.1 CUMPRIMENTO DE PRAZO

Considerando que a prestação de contas foi entregue em 31/03/2022, via sistema CidadES, verifica-se que a unidade gestora observou o prazo limite de 31/03/2022, definido em instrumento normativo aplicável.

Dessa forma, com vistas ao cumprimento do disposto no artigo 71, inciso III, da Constituição Estadual e art. 168 do Regimento Interno do TCEES, o prazo para julgamento das contas encerra-se em 31/12/2023.

2.2 ASSINATURA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

Constata-se que os arquivos que compõem a prestação de contas foram assinados eletronicamente pelo gestor responsável por seu encaminhamento, pelo responsável técnico pela contabilidade e pelo responsável pelo controle interno, quando for o caso.

3. GESTÃO PÚBLICA

3.1 ANÁLISE DE CONSISTÊNCIAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Por meio do Sistema CidadES, segundo os pontos de controle predefinidos, foi realizada a análise de consistência dos dados encaminhados pelo responsável e evidenciados no Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais, tal como demonstrado a seguir.

3.1.1 Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário em relação aos restos a pagar não processados

Base Legal: arts. 85, 101, 102 e 103 da Lei 4.320/1964

Entende-se que o valor da inscrição de restos a pagar não processados (exercício atual) informado no Balanço Financeiro deve ser igual ao total da despesa empenhada subtraído o total da despesa liquidada informada no Balanço Orçamentário, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 2) Restos a Pagar não Processados

Balanço Financeiro (a)	51.604.674,19
Balanço Orçamentário (b)	51.604.674,19
Divergência (a-b)	0,00

Fonte: Processo TC 06824/2022-6 - Prestação de Contas Anual/2021 – BALFIN e BALORC

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.

3.1.2 Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário em relação aos restos a pagar processados

Base Legal: arts. 85, 101, 102 e 103 da Lei 4.320/1964

Entende-se que o valor da inscrição de restos a pagar processados (exercício atual), informada no Balanço Financeiro deve ser igual ao total da despesa liquidada subtraído o total da despesa paga informada no Balanço Orçamentário, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 3) Restos a Pagar Processados

Balanço Financeiro (a)	186.457,33
Balanço Orçamentário (b)	186.457,33
Divergência (a-b)	0,00

Fonte: Processo TC 06824/2022-6 - Prestação de Contas Anual/2021 – BALFIN e BALORC

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.

3.1.3 Análise da execução orçamentária na dotação Reserva de Contingência informada no Balanço Orçamentário

Base Legal: art. 5º, Inciso III, da Lei Complementar 101/2000; art. 5º da Portaria MOG 42/1999; art. 8º da Portaria STN/SOF 163/2001

Verificou-se, com base nas informações do Balanço Orçamentário, se houve execução de despesa orçamentária na dotação “Reserva de Contingência”:

Tabela 4) Execução de Despesa na Dotação Reserva de Contingência

Despesas Empenhadas	0,00
Despesas Liquidada	0,00
Despesas Paga	0,00

Fonte: Processo TC 06824/2022-6 - Prestação de Contas Anual/2021 – Balancete Despesa

Pelo exposto, verifica-se a ausência de execução orçamentária na dotação da Reserva de Contingência.

3.1.4 Análise de execução orçamentária na dotação Reserva do RPPS informada no Balancete da Execução Orçamentária da Despesa

Base Legal: art. 8º da Portaria STN/SOF 163/2001

Verificou-se, com base nas informações do Balancete da Execução Orçamentária da Despesa (BALEXOD), se houve execução de despesa orçamentária na dotação “Reserva do RPPS”:

Tabela 5) Execução de Despesa na Dotação Reserva do RPPS

Despesas Empenhadas	0,00
Despesas Liquidada	0,00
Despesas Paga	0,00

Fonte: Processo TC 06824/2022-6 - Prestação de Contas Anual/2021 – Balancete Despesa

Pelo exposto, verifica-se a ausência de execução orçamentária na dotação da Reserva do RPPS.

3.1.5 Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário em relação à receita orçamentária

Base Legal: artigos 85, 101, 102 e 103 da Lei 4.320/1964

Entende-se que o total da receita orçamentária (exercício atual) informado no Balanço Financeiro deve ser igual ao total da receita orçamentária informado no Balanço Orçamentário, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 6) Total da Receita Orçamentária

Balanço Financeiro (a)	375.782.864,50
------------------------	----------------

Balanco Orçamentário (b)	375.782.864,50
Divergência (a - b)	0,00

Fonte: Processo TC 06824/2022-6 - Prestação de Contas Anual/2021 – BALFIN e BALORC

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.

3.1.6 Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário em relação à despesa orçamentária

Base Legal: artigos 85, 101, 102 e 103 da Lei 4.320/1964

Entende-se que o total da despesa orçamentária (exercício atual) informado no Balanço Financeiro deve ser igual ao total da despesa orçamentária informado no Balanço Orçamentário, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 7) Total da Despesa Orçamentária

Balanço Financeiro (a)	197.390.116,27
Balanço Orçamentário (b)	197.390.116,27
Divergência (a - b)	0,00

Fonte: Processo TC 06824/2022-6 - Prestação de Contas Anual/2021 – BALFIN e BALORC

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.

3.1.7 Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Patrimonial em relação ao saldo do exercício anterior da conta Caixa e Equivalentes de Caixa

Base Legal: artigos 85, 101, 103 e 105 da Lei 4.320/1964

Entende-se que o saldo da conta Caixa e Equivalentes de Caixa (exercício anterior) informado no Balanço Financeiro deve ser igual ao informado no Balanço Patrimonial (coluna exercício anterior), conforme demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 8) Conta Caixa e Equivalentes de Caixa (Exercício Anterior)

Balanço Financeiro (a)	1.349.700.271,82
Balanço Patrimonial (b)	1.349.700.271,82
Divergência (a - b)	0,00

Fonte: Processo TC 06824/2022-6 - Prestação de Contas Anual/2021 – BALFIN e BALPAT

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.

3.1.8 Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Patrimonial em relação ao saldo do exercício atual da conta Caixa e Equivalentes de Caixa

Base Legal: artigos 85, 101, 103 e 105 da Lei 4.320/1964

Entende-se que o saldo da conta Caixa e Equivalentes de Caixa (exercício atual) informado no Balanço Financeiro deve ser igual ao informado no Balanço Patrimonial (coluna exercício atual), conforme demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 9) Conta Caixa e Equivalentes de Caixa (Exercício Atual)

Balanço Financeiro (a)	1.431.472.245,92
Balanço Patrimonial (b)	1.431.472.245,92
Divergência (a - b)	0,00

Fonte: Processo TC 06824/2022-6 - Prestação de Contas Anual/2021 – BALFIN e BALPAT

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.

3.1.9 Análise entre a Demonstração das Variações Patrimoniais e o Balanço Patrimonial em relação ao resultado patrimonial

Base Legal: artigos 85, 101, 104 e 105 da Lei 4.320/1964

Entende-se que o resultado patrimonial apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) deve ser igual ao resultado do exercício no patrimônio líquido do Balanço Patrimonial, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 10) Resultado Patrimonial

Exercício atual	
DVP (a)	138.727.683,27
Balanço Patrimonial (b)	138.727.683,27
Divergência (a - b)	0,00
Exercício anterior	
DVP (a)	- 14.669.658,09
Balanço Patrimonial (b)	- 14.669.658,09
Divergência (a - b)	0,00

Fonte: Processo TC 06824/2022-6 - Prestação de Contas Anual/2021 – DEMVAP e BALPAT

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.

3.1.10 Análise entre os totais dos saldos devedores e dos saldos credores

Base Legal: artigos 85, 86 e 88 da Lei 4.320/1964

Entende-se que os saldos devedores devem ser iguais aos saldos credores, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 11) Comparativo dos Saldos Devedores e Credores

Saldos Devedores (a) = I + II	2.043.095.285,90
Ativo (BALPAT) – I	1.795.355.774,39
Variações Patrimoniais Diminutivas (DEMVAP) - II	247.739.511,51
Saldos Credores (b) = III – IV + V	2.043.095.285,90
Passivo Total = Passivo Exigível + Patrimônio Líquido (BALPAT) – III	1.795.355.774,39
Resultado Exercício (BALPAT) – IV	138.727.683,27
Variações Patrimoniais Aumentativas (DEMVAP) - V	386.467.194,78
Divergência (c) = (a) - (b)	0,00

Fonte: Processo TC 06824/2022-6 - Prestação de Contas Anual/2021 – DEMVAP e BALPAT

Pelo exposto, verifica-se observância ao método das partidas dobradas.

3.1.11 Análise da despesa executada em relação à dotação atualizada

Base Legal: artigos 85, 90, 91, 102 da Lei 4.320/1964

Entende-se que o valor da despesa executada no Balanço Orçamentário deve ser menor ou igual à dotação orçamentária atualizada, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 12) Execução da Despesa Orçamentária

Despesa Empenhada (a)	197.390.116,27
Dotação Atualizada (b)	264.803.443,46
Execução da despesa em relação à dotação (a-b)	- 67.413.327,19

Fonte: Processo TC 06824/2022-6 - Prestação de Contas Anual/2021 - BALORC

Pelo exposto, verifica-se que não houve execução orçamentária da despesa em valores superiores à dotação atualizada.

3.2 GESTÃO PATRIMONIAL

Os principais elementos do Balanço Patrimonial do Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy evoluíram conforme tabela que segue, no decorrer do exercício sob análise quando comparados ao exercício anterior.

Tabela 13) Balanço Patrimonial Análise Horizontal

BALANÇO PATRIMONIAL			
Especificação	Exercício Anterior	Exercício Atual	Var (%)
ATIVO CIRCULANTE	1.357.176.351,02	1.437.753.948,21	5,94
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.349.700.271,82	1.431.472.245,92	6,06
Créditos a Curto Prazo	362.373,51	375.610,24	3,65
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	3.178.868,41	3.158.054,66	- 0,65
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	0,00	0,00	-
Estoques	3.926.623,45	2.730.206,88	- 30,47
Ativo não Circulante Mantido para Venda	0,00	0,00	-
VPD Pagas Antecipadamente	8.213,83	17.830,51	117,08
ATIVO NÃO CIRCULANTE	300.966.113,73	357.601.826,18	18,82
Ativo Realizável a Longo Prazo	27.822.211,42	611.617,18	- 97,80
Investimentos	0,00	0,00	-
Imobilizado	272.843.786,33	356.690.093,02	30,73
Intangível	300.115,98	300.115,98	0,00
Diferido	0,00	0,00	-
PASSIVO CIRCULANTE	5.396.823,35	3.882.449,72	- 28,06
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	4.035.835,82	3.115.287,82	- 22,81
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	0,00	0,00	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	1.276.144,23	753.809,76	- 40,93
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	0,00	0,00	-
Transferências Fiscais a Curto Prazo	0,00	0,00	-
Provisões a Curto Prazo	0,00	0,00	-
Demais Obrigações a Curto Prazo	84.843,30	13.352,14	- 84,26
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	0,00	0,00	-
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	0,00	0,00	-
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	0,00	0,00	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	0,00	0,00	-

Obrigações Fiscais a Longo Prazo	0,00	0,00	-
Transferências Fiscais a Longo Prazo	0,00	0,00	-
Provisões a Longo Prazo	0,00	0,00	-
Demais Obrigações a Longo Prazo	0,00	0,00	-
Resultado Diferido	0,00	0,00	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.652.745.641,40	1.791.473.324,67	8,39
Patrimônio Social/Capital Social	0,00	0,00	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0,00	0,00	-
Reservas de Capital	0,00	0,00	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00	-
Reservas de Lucros	0,00	0,00	-
Demais Reservas	0,00	0,00	-
Resultados Acumulados	1.652.745.641,40	1.791.473.324,67	8,39
Resultado do Exercício	- 14.669.658,09	138.727.683,27	- 1.045,68
(-) Ações/Cotas em Tesouraria	0,00	0,00	-

Fonte: Processo TC 06824/2022-6 - Prestação de Contas Anual/2021 - BALPAT

O resultado patrimonial nos últimos dois exercícios se comportou conforme tabela que segue.

Tabela 14) Demonstração das Variações Patrimoniais - Análise Horizontal

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
AUMENTATIVAS			
Especificação	Exercício Anterior	Exercício Atual	Var (%)
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	13.947.830,04	15.507.356,44	11,18
Contribuições	673.484,39	743.780,49	10,44
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	6.620.464,94	46.635.501,24	604,41
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	35.987.847,38	61.411.663,07	70,65
Transferências e Delegações Recebidas	172.837.250,23	257.331.977,44	48,89
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	40.087,44	4.793.014,91	11.856,40
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	148,34	43.901,19	29.494,98
DIMINUTIVAS			
Especificação	Exercício Anterior	Exercício Atual	Var (%)
Pessoal e Encargos	19.227.830,12	17.660.192,37	- 8,15
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	0,00	0,00	-

Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	75.957.560,05	75.244.354,64	- 0,94
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	5.688.381,74	171.332,55	- 96,99
Transferências e Delegações Concedidas	137.113.495,22	114.927.847,46	- 16,18
Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos	244.930,46	35.461.846,86	14.378,33
Tributárias	2.502.595,35	4.057.075,12	62,11
Custo das Mercadorias e dos Produtos Vendidos, e dos Serviços Prestados	0,00	0,00	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	4.041.977,91	216.862,51	-94,63

Fonte: Processo TC 06824/2022-6 - Prestação de Contas Anual/2021 - DEMVAP

3.3 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A seguir o quadro resumido da execução orçamentária da despesa da Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy no exercício financeiro sob análise.

Tabela 15) Resumo da Execução Orçamentária

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
RECEITA	
Previsão Inicial	380.137.895,54
Previsão Atualizada	380.137.895,54
Receita Realizada	375.782.864,50
DESPESA	
Dotação Inicial	230.232.300,00
Dotação atualizada	264.803.443,46
Despesa empenhada	197.390.116,27
Despesa Liquidada	145.785.442,08
Despesa paga	145.598.984,75
Deficit/Superavit (-/+) = Receita realizada - Despesa Empenhada	178.392.748,23

Fonte: Processo TC 06824/2022-6 - Prestação de Contas Anual/2021 - BALORC

A despesa orçamentária foi distribuída entre os seguintes elementos por ordem de importância.

Tabela 16) Execução Orçamentária do Exercício por Elemento de Despesa

Elemento	Descrição	Empenhada	Liquidada	Paga	(%) Empenhada
51	OBRAS E INSTALAÇÕES	88.754.247,52	69.536.474,32	69.379.860,04	44,96
39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	44.244.411,03	26.252.281,06	26.222.438,01	22,41
11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	12.479.641,71	12.479.641,71	12.479.641,71	6,32
37	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	11.786.055,49	10.982.651,64	10.982.651,64	5,97

30	MATERIAL DE CONSUMO	8.849.553,64	5.851.758,90	5.851.758,90	4,48
41	CONTRIBUIÇÕES	7.372.218,58	4.057.075,12	4.057.075,12	3,73
34	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE	6.626.242,36	5.236.645,15	5.236.645,15	3,36
52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.871.994,60	1.177.127,82	1.177.127,82	2,47
32	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	3.224.117,46	2.080.972,46	2.080.972,46	1,63
13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	3.045.984,62	3.045.984,62	3.045.984,62	1,54
04	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	2.414.917,01	2.414.917,01	2.414.917,01	1,22
36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA	2.187.651,06	1.311.191,61	1.311.191,61	1,11
91	SENTENÇAS JUDICIAIS	758.509,27	758.509,27	758.509,27	0,38
93	IDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	224.574,40	212.689,30	212.689,30	0,11
61	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	208.445,39	208.445,39	208.445,39	0,11
49	AUXÍLIO-TRANSPORTE	178.939,20	48.439,95	48.439,95	0,09
92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	79.663,07	79.663,07	79.663,07	0,04
94	IDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	59.259,86	27.283,68	27.283,68	0,03
14	DIÁRIAS – CIVIL	23.690,00	23.690,00	23.690,00	0,01
Total Geral		197.390.116,27	145.785.442,08	145.598.984,75	100,00

Fonte: Processo TC 06824/2022-6 - Prestação de Contas Anual/2021 – Balancete Despesa

Considerando os principais programas em execução na Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy, conforme informações contidas nos dados do orçamento, foram listados na tabela que segue os valores gastos por ordem de importância em cada programa.

Tabela 17) Execução Orçamentária do Exercício por Programa

Programa	Descrição	Empenhada	Liquidada	Paga	(%) Empenhada
007	OBRAS	98.410.956,28	74.297.329,55	74.140.715,27	49,86
001	GESTÃO ADMINISTRATIVA	44.297.264,18	40.202.454,50	40.202.454,50	22,44
009	RECURSOS HUMANOS	16.121.772,88	10.783.934,87	10.783.934,87	8,17
020	AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	11.198.605,96	5.626.834,78	5.626.834,78	5,67
030	TRANSPORTE E FROTA	9.156.490,10	3.899.011,07	3.869.168,02	4,64
006	SERVIÇOS URBANOS	5.764.750,14	4.213.289,22	4.213.289,22	2,92
014	GESTÃO E GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	4.843.570,60	2.066.082,54	2.066.082,54	2,45
021	HABITAÇÃO	1.772.642,02	1.092.831,21	1.092.831,21	0,90
008	ADMINISTRAÇÃO	1.288.026,84	318.747,42	318.747,42	0,65
015	SEGURANÇA PÚBLICA MUNICIPAL	1.173.511,50	615.219,47	615.219,47	0,59

043	GESTÃO ADMINISTRATIVA AMBIENTAL	935.793,87	918.839,77	918.839,77	0,47
010	PAGAMENTO DA DÍVIDA FUNDADA	758.509,27	758.509,27	758.509,27	0,38
018	TURISMO	476.850,00	0,00	0,00	0,24
017	PROMOÇÃO DO DESPORTO	356.727,44	233.803,93	233.803,93	0,18
035	SUPERVISÃO E COORDENAÇÃO DE GESTÃO	299.149,07	295.623,88	295.623,88	0,15
012	CULTURA	302.860,44	302.860,44	302.860,44	0,15
036	DESENVOLVIMENTO, CONTRÔLE E QUALIDADE AMBIENTAL	146.655,24	105.443,24	105.443,24	0,07
038	INFRA ESTRUTURA DIGITAL DA INFORMAÇÃO	41.400,00	32.200,00	32.200,00	0,02
019	LAZER	38.700,00	21.250,00	21.250,00	0,02
037	EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES	5.880,44	1.176,92	1.176,92	0,00
Total Geral		197.390.116,27	145.785.442,08	145.598.984,75	100,00

Fonte: Processo TC 06824/2022-6 - Prestação de Contas Anual/2021 – Balancete Despesa

3.4 DISPONIBILIDADES E REGISTROS PATRIMONIAIS

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) conceitua o Balanço Patrimonial, em seu Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), como “Demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação”.

No ativo circulante, segundo prescreve o MCASP, devem ser demonstrados os ativos que atendam a qualquer um dos seguintes critérios: seja caixa ou equivalente de caixa; sejam realizáveis ou mantidos para venda ou consumo dentro do ciclo operacional da entidade; sejam mantidos primariamente para negociação; sejam realizáveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Dentre os valores evidenciados nas contas que compõem o ativo circulante, devem ser demonstrados os saldos de bens em estoques, dentre os quais estão compreendidos os bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades.

No ativo não circulante, grupo imobilizado, estão compreendidos os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da

entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

3.4.1 Confronto entre o saldo contábil das disponibilidades e o saldo bancário evidenciados no Termo de Verificação das Disponibilidades

Nas tabelas a seguir, demonstram-se os valores extraídos dos demonstrativos encaminhados na prestação de contas em análise:

Tabela 18) Análise das Disponibilidades **Em R\$ 1,00**

TVDISP										EXTRATO AUTOM.
Banco	Ag.	Conta	Tipo Conta ¹	Compl. Conta	Fonte	Saldo Contábil (a)	Saldo Bancário	Saldo Bancário Conciliado (b)	Difer. (b-a)	Saldo Bancário Recebido
001	3688	12571	1	576	1 - 001 - 0000	0,00	0,00	0,00	0,00	Não há convênio
001	3688	12603	1	585	1 - 940 - 0000	0,00	0,00	0,00	0,00	Não há convênio
001	3688	12603	2	586	1 - 940 - 0000	101.398,72	101.398,72	101.398,72	0,00	Não há convênio
001	3688	12455	1	560	1 - 990 - 0000 / 1 - 530 - 0000 / 1 - 240 - 0000	0,00	0,00	0,00	0,00	Não há convênio
001	3688	12455	2	561	1 - 990 - 0000 / 1 - 090 - 0000	13.713.507,32	13.713.507,32	13.713.507,32	0,00	Não há convênio
001	3688	12571	3	578	1 - 001 - 0000	0,00	0,00	0,00	0,00	Não há convênio
001	3688	283141	1	30	1 - 001 - 0000	0,00	0,00	0,00	0,00	Não há convênio
001	3688	283141	3	131	1 - 211 - 0000 / 1 - 111 - 0000 / 1 - 001 - 0000	230.411,03	230.411,03	230.411,03	0,00	Não há convênio
001	3688	6421	1	81	1 - 290 - 0000 / 1 - 211 - 0000 / 1 - 001 - 0000	0,00	0,00	0,00	0,00	Não há convênio
001	3688	6421	3	438	1 - 990 - 0000 / 1 - 290 - 0000	0,00	0,00	0,00	0,00	Não há convênio
001	3688	6899	1	90	1 - 001 - 0000	0,00	0,00	0,00	0,00	Não há convênio
001	3688	6899	3	151	1 - 211 - 0000 / 1 - 111 - 0000 / 1 - 001 - 0000	313,81	313,81	313,81	0,00	Não há convênio
001	3688	6997	1	91	1 - 610 - 0000 / 1 - 001	0,00	0,00	0,00	0,00	Não há convênio

					- 0000						
001	3688	6997	3	152	1 - 610 - 0000 / 1 - 001 - 0000	228.545,36	228.545,36	228.545,36	0,00	Não há convênio	
001	3688	7992	1	211	1 - 211 - 0000 / 1 - 111 - 0000 / 1 - 001 - 0000	0,00	0,00	0,00	0,00	Não há convênio	
001	3688	7992	3	215	1 - 211 - 0000 / 1 - 111 - 0000 / 1 - 001 - 0000	35.417,98	35.417,98	35.417,98	0,00	Não há convênio	
001	3688	71084	1	28	2 - 001 - 0000 / 1 - 990 - 0000 / 1 - 211 - 0000 / 1 - 111 - 0000 / 1 - 001 - 0000	1.225,99	0,00	1.225,99	0,00	Não há convênio	
001	3688	71084	3	127	1 - 211 - 0000 / 1 - 111 - 0000 / 1 - 001 - 0000	1.738.142,91	1.738.142,91	1.738.142,91	0,00	Não há convênio	
001	3688	7714	1	432	1 - 211 - 0000 / 1 - 111 - 0000 / 1 - 001 - 0000	0,00	0,00	0,00	0,00	Não há convênio	
001	3688	7714	1	433	1 - 990 - 0000 / 1 - 001 - 0000	22.547,18	22.547,18	22.547,18	0,00	Não há convênio	
001	3688	8510	1	18	2 - 530 - 0000 / 1 - 990 - 0000 / 1 - 530 - 0000 / 1 - 211 - 0000 / 1 - 111 - 0000 / 1 - 001 - 0000	0,00	0,00	0,00	0,00	Não há convênio	
001	3688	8510	3	173	1 - 211 - 0000 / 1 - 111 - 0000 / 1 - 001 - 0000	3.227.228,06	3.227.228,06	3.227.228,06	0,00	Não há convênio	
001	3688	8521	1	19	1 - 211 - 0000 / 1 - 111 - 0000 / 1 - 001 - 0000	0,00	0,00	0,00	0,00	Não há convênio	
001	3688	8521	3	123	1 - 211 - 0000 / 1 - 111 - 0000 / 1 - 001 - 0000	201.351,59	201.351,59	201.351,59	0,00	Não há convênio	

001	3688	8545	1	22	2 - 530 - 0000 / 1 - 990 - 0000 / 1 - 530 - 0000 / 1 - 240 - 0000 / 1 - 140 - 0000 / 1 - 001 - 0000	0,00	0,00	0,00	0,00	Não há convênio
001	3688	8545	3	147	1 - 530 - 0000	360.818. 159,77	360.818. 159,77	360.818.159 ,77	0,00	Não há convênio
021	162	1765979	1	285	1 - 990 - 0000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
021	162	1765979	2	005	1 - 990 - 0000 / 1 - 211 - 0000 / 1 - 111 - 0000 / 1 - 001 - 0000	7.764,74	7.764,74	7.764,74	0,00	7.764,74
021	162	2047625	1	330	1 - 001 - 0000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
021	162	2047625	2	005	1 - 211 - 0000 / 1 - 111 - 0000 / 1 - 001 - 0000	357.895, 32	357.895, 32	357.895,32	0,00	357.895,32
021	162	2468059	1	391	1 - 001 - 0000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
021	162	2468059	2	005	1 - 990 - 0000 / 1 - 001 - 0000	541.835, 96	541.835, 96	541.835,96	0,00	541.835,96
021	162	2641919	1	411	1 - 930 - 0000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
021	162	2641919	2	005	1 - 990 - 0000 / 1 - 930 - 0000 / 1 - 001 - 0000	5.553.07 4,82	5.553.07 4,82	5.553.074,8 2	0,00	5.553.074,82
021	162	323911	1	2	1 - 311 - 0000 / 1 - 211 - 0000 / 1 - 111 - 0000 / 1 - 090 - 0000 / 1 - 001 - 0000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
021	162	323911	2	005	1 - 211 - 0000 / 1 - 111 - 0000 / 1 - 001 - 0000	143.848, 20	143.848, 20	143.848,20	0,00	143.848,20
021	162	323912	1	3	1 - 211 - 0000 / 1 - 111 - 0000 / 1 - 001 - 0000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
021	162	323912	2	005	1 - 211 - 0000 / 1 - 111 - 0000 / 1 - 001	2.003.03 9,10	2.003.03 9,10	2.003.039,1 0	0,00	2.003.039,10

					- 0000					
021	162	323913	1	36	1 - 620 - 0000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
021	162	323913	2	005	1 - 620 - 0000 / 1 - 211 - 0000 / 1 - 111 - 0000 / 1 - 001 - 0000	196.087, 04	196.087, 04	196.087,04	0,00	196.087,04
021	162	3051951	1	543	1 - 540 - 0000 / 1 - 001 - 0000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
021	162	3051951	2	030	1 - 540 - 0000	53.353,4 3	53.353,4 3	53.353,43	0,00	53.353,43
021	162	3051951	2	005	1 - 540 - 0000 / 1 - 001 - 0000	143.118, 58	143.121, 58	143.118,58	0,00	143.121,58
021	162	3099934	1	572	1 - 990 - 0000 / 1 - 530 - 0000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
021	162	3099934	2	005	1 - 990 - 0000 / 1 - 090 - 0000	1.065.05 0,10	1.065.05 0,10	1.065.050,1 0	0,00	1.065.050,10
021	162	797385	1	224	2 - 530 - 0000 / 1 - 530 - 0000 / 1 - 001 - 0000	1.095,92	0,00	1.095,92	0,00	0,00
021	162	797385	2	030	1 - 530 - 0000	609.721. 374,44	609.721. 374,44	609.721.374 ,44	0,00	609.721.374,44
021	162	797385	2	018	1 - 530 - 0000	50.695.9 46,06	50.695.9 46,06	50.695.946, 06	0,00	50.695.946,06
021	162	797385	2	005	1 - 530 - 0000 / 1 - 090 - 0000	5.030.41 2,83	5.030.41 2,83	5.030.412,8 3	0,00	5.030.412,83
104	2396	1	1	383	1 - 530 - 0000	0,00	0,00	0,00	0,00	Não há convênio
104	2396	1	3	384	1 - 530 - 0000	313.121. 966,52	313.121. 966,52	313.121.966 ,52	0,00	Não há convênio
104	2396	277	3	396	1 - 530 - 0000	62.119.1 06,35	62.119.1 06,35	62.119.106, 35	0,00	Não há convênio
104	2396	71002	1	434	1 - 211 - 0000 / 1 - 111 - 0000 / 1 - 001 - 0000	465,71	0,00	465,71	0,00	Não há convênio
104	2396	71002	3	435	1 - 211 - 0000 / 1 - 111 - 0000 / 1 - 001 - 0000	398.561, 08	398.561, 08	398.561,08	0,00	Não há convênio
TOTAL						1.431.47 2.245,92	1.431.46 9.461,30	1.431.472.2 45,92	0,00	-

Fonte: Processo TC 06824/2022-6 - Prestação de Contas Anual/2021 - TVDISP

Nota 1 - Conforme Anexo III da IN 68/2020, os tipos de contas bancárias são: 1 - Conta Movimento e 2 - Conta Aplicação - 3 - Conta Poupança

Tabela 19) Caixa e Equivalentes de Caixa (Saldo Contábil)

Em R\$ 1,00

Contas Contábeis	Balanco Patrimonial (a)	TVDISP (b)	Diferença (a-b)
-------------------------	--------------------------------	-------------------	------------------------

Caixa e Equivalentes de Caixa,(1.1.1.0.0.00.00)	1.431.472.245,92	1.431.472.245,92	0,00
---	------------------	------------------	------

Fonte: Processo TC 06824/2022-6 - Prestação de Contas Anual/2021 BALPAT e TVDISP

Da conciliação entre os registros constantes dos extratos bancários e contábeis, no encerramento do exercício financeiro de 2021, relativos às disponibilidades financeiras em conta corrente/aplicação, verifica-se que as demonstrações contábeis refletem adequadamente os saldos constantes dos extratos bancários.

3.4.2 Análise entre o saldo contábil dos demonstrativos contábeis e o valor dos inventários de bens

A análise dos registros patrimoniais restringiu-se à avaliação dos valores demonstrados nas contas de estoques e de bens móveis, imóveis e intangíveis.

Na tabela a seguir, demonstram-se os valores extraídos das demonstrações contábeis e do inventário de bens realizado em 31/12/2021:

Tabela 20) Estoques, Imobilizados e Intangíveis **Em R\$ 1,00**

Descrição	Balanco Patrimonial (a)	Inventário (b)	Diferença (a-b)
Estoques	2.730.206,88	2.730.206,88	0,00
Bens Móveis	22.002.510,68	22.002.510,68	0,00
Bens Imóveis	346.794.272,08	346.794.272,08	0,00
Bens Intangíveis	300.115,98	300.115,98	0,00

Fonte: Processo TC 06824/2022-6 - Prestação de Contas Anual/2021 – BALPAT e Inventários

Com base na tabela anterior, constata-se que os valores inventariados dos bens móveis, imóveis, intangíveis e em almoxarifado foram devidamente evidenciados em suas respectivas contas contábeis do Balanço Patrimonial.

3.5 ANÁLISE DO RELATÓRIO E DO PARECER DO CONTROLE INTERNO

Ao analisar o Relatório e o Parecer Conclusivo do Controle Interno, exigidos no §2º do art. 82 da Lei Complementar Estadual 621/2012, no §4º do art. 135 do Regimento Interno do TCEES e na IN 68/2020, conclui-se que a Prestação de Contas Anual foi considerada regular.

3.6 RECOLHIMENTO DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

Com base nas peças que integram a Prestação de Contas Anual, demonstram-se os valores empenhados, liquidados e pagos, a título de obrigações previdenciárias (contribuição patronal) devidas pela unidade gestora, bem como os valores retidos dos servidores e recolhidos para os fundos de previdência.

Tabela 21) Contribuições Previdenciárias – Patronal **Em R\$ 1,00**

Regime de Previdência	BALEXOD (PCM)			FOLHA DE PGTO (PCF)	% Registrado (B/D*100)	% Pago (C/D*100)
	Empenhado (A)	Liquidado (B)	Pago (C)	Devido (D)		
RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	--	--
RGPS	3.045.984,62	3.045.984,62	3.045.984,62	3.046.298,11	99,99	99,99
Totais	3.045.984,62	3.045.984,62	3.045.984,62	3.046.298,11	99,99	99,99

Fonte: Processo TC 06824/2022-6 - Prestação de Contas Anual/2021 Balancete Despesa e CidadES Informações de Pessoal

Tabela 22): Contribuições Previdenciárias – Servidor **Em R\$ 1,00**

Regime de Previdência	DEMCSE		FOLHA DE PGTO (PCF)	% Registrado (A/CX100)	% Recolhido (B/Cx100)
	Valores Retidos (A)	Valores Recolhidos (B)	Devido (C)		
RPPS	0,00	0,00	0,00	--	--
RGPS	1.289.827,93	1.289.827,93	1.289.827,93	100,00	100,00
Totais	1.289.827,93	1.289.827,93	1.289.827,93	100,00	100,00

Fonte: Processo TC 06824/2022-6 - Prestação de Contas Anual/2021 – DEMCSE e CidadES Informações de Pessoal

3.6.1 Regime Geral de Previdência Social (RGPS)

3.6.1.1 Análise entre o valor liquidado das obrigações previdenciárias da Unidade Gestora e o valor informado no resumo anual da folha de pagamentos (RGPS)

Base Normativa: Art. 85, 87, 102 e 103 da Lei 4.320/64 e artigo 15, I c/c 22, I e II da Lei Federal nº 8212/1991

No que tange às contribuições previdenciárias do RGPS (parte patronal), verifica-se, das tabelas acima, que os valores registrados pela unidade gestora, no decorrer do

exercício em análise, representaram 99,99% dos valores devidos, sendo considerados como aceitáveis, para fins de análise das contas.

3.6.1.2 Análise entre o valor pago de obrigações previdenciárias da Unidade Gestora e o valor informado no resumo anual da folha de pagamentos (RGPS)

Base Normativa: artigo 15, I c/c 22, I e II da Lei Federal nº 8212/1991

Os valores pagos pela unidade gestora, em relação às contribuições previdenciárias do RGPS (parte patronal), no decorrer do exercício em análise, representaram 99,99% dos valores devidos, sendo considerados como aceitáveis, para fins de análise das contas.

3.6.1.3 Análise entre o valor retido das obrigações previdenciárias do servidor e o valor informado no resumo anual da folha de pagamentos (RGPS)

Base Normativa: Art. 85, 87, 102 e 103 da Lei 4.320/64 e artigo 15, I c/c 22, I e II da Lei Federal nº 8212/1991

Em relação às contribuições previdenciárias do RGPS (parte do servidor), observa-se, das tabelas acima, que os valores registrados pela unidade gestora, no decorrer do exercício em análise, representaram 100,00% dos valores devidos, sendo considerados como aceitáveis, para fins de análise das contas.

3.6.1.4 Análise entre o valor recolhido das obrigações previdenciárias do servidor e o valor informado no resumo anual da folha de pagamentos (RGPS)

Base Normativa: artigo 15, I c/c 22, I e II da Lei Federal nº 8212/1991

Os valores recolhidos pela unidade gestora, referentes as contribuições previdenciárias do RGPS (parte do servidor), no decorrer do exercício em análise, representaram 100,00% dos valores devidos, sendo considerados como aceitáveis, para fins de análise das contas.

3.7 PARCELAMENTOS DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS

No que se refere aos parcelamentos de débitos previdenciários, a análise técnico-contábil limitou-se a avaliar se existem dívidas previdenciárias registradas no passivo permanente da unidade gestora, e se essas dívidas estão sendo pagas, tendo por base o estoque da dívida evidenciado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, a movimentação no exercício e o estoque da dívida no encerramento do exercício de referência da PCA.

Com base nos valores demonstrados no Balanço Patrimonial do exercício anterior, na Demonstração das Variações Patrimoniais, no Demonstrativo da Dívida Fundada e no Balanço Patrimonial do exercício em análise, avaliou-se o comportamento da dívida decorrente de parcelamentos previdenciários, do qual se constata que não houve registro de parcelamentos no período em análise.

Tabela 23) Movimentação de Débitos Previdenciários **Em R\$ 1,00**

Código Contábil	Descrição Contábil	Descrição Dívida	Saldo Anterior	Baixas no Exercício	Reconhecimento de Dívidas no Exercício	Saldo Final
[*****]	[*****]	[*****]	0,00	0,00	0,00	0,00
Total			0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Processo TC 06824/2022-6 - Prestação de Contas Anual/2021 - DEMDIFD

3.8 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DOS INCENTIVOS FISCAIS

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabeleceu que a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária, da qual decorra renúncia de receita, deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a **pelo menos uma** das seguintes condições:

- Demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

- Estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

O artigo 4º da LRF, estabelece que deve integrar o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) o Anexo de Metas Fiscais (AMF), o qual deve conter, dentre outros, o demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

Esse demonstrativo, além de condicionar a concessão da renúncia de receita, tem por objetivo tornar transparentes os requisitos exigidos para a concessão ou ampliação dos benefícios de natureza tributária.

A concessão de incentivos fiscais, num primeiro momento, resulta em redução da arrecadação de receitas públicas, motivo pelo qual deve ser compensada por projetos ou atividades que devem promover o desenvolvimento econômico do Estado. Esse desenvolvimento, por sua vez, resultará em aumento das receitas públicas, decorrentes do consumo propiciado pelo incremento da atividade econômica.

Para que os incentivos concedidos produzam os resultados esperados, a administração pública precisa exercer um controle sobre os projetos e atividades incentivadas. Esse controle, por sua vez, deve compreender, dentre outros critérios, a avaliação da viabilidade técnica, econômica e financeira do projeto, e principalmente, se as metas e resultados, em face das justificativas apresentadas para sua concessão, estão sendo alcançados.

Em síntese, deve-se observar:

- A projeção da renúncia de receita e seu impacto nas metas fiscais.
- Os valores previstos para a renúncia de receitas nos projetos e atividades incentivados, o registro e a evidenciação das receitas efetivamente renunciadas, e o real impacto desses incentivos nas metas fiscais do ente da federação.
- Os resultados econômicos e sociais efetivamente alcançados em face dos projetos e atividades incentivadas.

Partindo dessa premissa e levando em consideração as demonstrações contábeis, o relatório de gestão, o demonstrativo que expressa a situação dos projetos e instituições beneficiadas por renúncia de receitas e o relatório e parecer conclusivo da unidade de controle interno, apresentados na prestação de contas anual relativa ao exercício em análise, verificou-se, sob o aspecto da gestão, se esses demonstrativos evidenciam a existência de projetos ou atividades beneficiadas com incentivos fiscais e se esses projetos ou atividades estão sendo objeto de controle pela administração pública.

Nesse sentido, consta da PCA entregue que no município não houve renúncia de receita no exercício analisado.

3.9 ANÁLISE DA DÍVIDA ATIVA

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) foi editada com o objetivo de garantir uma melhor gestão dos recursos públicos. Fundada na responsabilidade fiscal e na transparência pública, estabeleceu normas visando ao alcance do equilíbrio sustentável das contas públicas.

Dentre suas premissas, a lei impôs aos administradores públicos, além da limitação dos gastos, uma melhor gestão das receitas públicas, dentre as quais se destacam a instituição e efetiva arrecadação das receitas de competência do ente da federação.

Nesse contexto e sob a ótica da gestão financeira a cargo dos ordenadores de despesas, avaliou-se, com base nas demonstrações contábeis e demais peças integrantes desta prestação de contas anual, se os atos de gestão praticados pelos gestores responsáveis, no decorrer do exercício em análise, evidenciam o exercício de ações voltadas para o cumprimento das determinações contidas na LRF, em especial, se a dívida ativa está sendo objeto de cobrança administrativa e/ou judicial.

3.9.1 Análise entre os saldos das contas contábeis da dívida ativa do Balanço Patrimonial (BALPAT) e do Demonstrativo da Dívida Ativa (DEMDAT)

Nas tabelas a seguir, demonstram-se os registros nas contas contábeis representativas da dívida ativa da unidade gestora:

Tabela 24) Análise da Dívida Ativa Tributária

Saldo anterior – DEMDAT	27.590.852,70
Acréscimos no exercício – DEMDAT	3.568.271,29
Baixas no exercício – DEMDAT	5.484.785,18
Saldo para o próximo exercício - DEMDAT (a)	25.674.338,81
Saldo contábil - BALPAT (b)	25.674.338,81
Divergência (a - b)	0,00

Fonte: Processo TC 06824/2022-6 - Prestação de Contas Anual/2021 – DEMDAT e BALPAT

Verifica-se, na tabela anterior, que o valor dos créditos de natureza tributária inscritos em dívida ativa, evidenciados no Demonstrativo da Dívida Ativa, está devidamente registrado em suas respectivas contas contábeis do Balanço Patrimonial.

Tabela 25) Análise da Dívida Ativa Não Tributária

Saldo anterior - DEMDAT	593.732,23
Acréscimos no exercício – DEMDAT	1.435.539,96
Baixas no exercício – DEMDAT	682.932,44
Saldo para o próximo exercício - DEMDAT (a)	1.346.339,75
Saldo contábil - BALPAT (b)	1.346.339,75
Divergência (a - b)	0,00

Fonte: Processo TC 06824/2022-6 - Prestação de Contas Anual/2021 – DEMDAT e BALPAT

Verifica-se, na tabela anterior, que o valor dos créditos de natureza não tributária inscritos em dívida ativa, evidenciados no Demonstrativo da Dívida Ativa, está devidamente registrado em suas respectivas contas contábeis do Balanço Patrimonial.

Tabela 26) Análise Geral da Dívida Ativa (tributária e não tributária)

Saldo anterior - DEMDAT	28.184.584,93
Acréscimos no exercício – DEMDAT	5.003.811,25
Baixas no exercício – DEMDAT	6.167.717,62
Saldo para o próximo exercício - DEMDAT (a)	27.020.678,56
Saldo contábil - BALPAT (b)	27.020.678,56
Divergência (a - b)	0,00

Fonte: Processo TC 06824/2022-6 - Prestação de Contas Anual/2021 – DEMDAT e BALPAT

Verifica-se, na tabela anterior, que o total dos créditos inscritos em dívida ativa, evidenciados no Demonstrativo da Dívida Ativa, foram registrados em suas respectivas contas contábeis do Balanço Patrimonial.

3.9.2 Cobrança administrativa e/ou judicial da dívida ativa

Com base no Demonstrativo da Dívida Ativa, foram extraídas algumas informações que subsidiam as análises relativas à cobrança dos créditos inscritos em dívida ativa:

Tabela 27) Informações Complementares Sobre a Dívida Ativa

Inscrições no Exercício (a)	2.494.007,10
Saldo Final no Exercício (b)	27.020.678,56
Baixas por recebimento no Exercício (c)	269.124,40
Percentual de recebimento em relação às inscrições no exercício (c/a)	10,79%
Percentual de recebimento em relação ao saldo final (c/b)	1,00%

Fonte: Processo TC 06824/2022-6 - Prestação de Contas Anual/2021 - DEMDAT

Considerando a tabela anterior e as demais análises realizadas nos documentos que compõem esta prestação de contas, constata-se que a dívida ativa está sendo objeto de cobrança administrativa e/ou judicial.

3.10 PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS - IN TC 36/2016

Relativamente aos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PCP, definidos no MCASP, em conformidade com o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, anexo à Portaria STN nº 548/2015, a análise limitou-se à verificação do cumprimento do disposto nos itens 4 e 11 do Anexo Único da Instrução Normativa TC 36/2016, avaliando de houve o reconhecimento, mensuração e evidenciação:

- Da dívida ativa, tributária e não tributária, e respectivo ajuste para perdas;
- Dos bens móveis e imóveis e respectiva depreciação, amortização ou exaustão (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura);
- Das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).

3.10.1 RECONHECIMENTO, MENSURAÇÃO E EVIDENCIAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA, TRIBUTÁRIA E NÃO TRIBUTÁRIA E RESPECTIVO AJUSTE PARA PERDAS

A tabela a seguir demonstra a movimentação das contas que registram a dívida ativa tributária e não tributária, inclusive os ajustes para perdas correspondentes, no exercício sob análise.

Tabela 28) Dívida Ativa Tributária e Não Tributária: Movimentação no Exercício

Código Contábil		Saldo Inicial	Movimento a Débito	Movimento a Crédito	Saldo Final
1.1.2.5.0.00.00	DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	362.373,51	2.252.323,76	2.239.087,03	375.610,24
1.1.2.9.1.04.00	(-) PERDAS ESTIMADAS EM CRÉDITOS DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	0,00	41.461,27	41.461,27	0,00
1.1.2.6.0.00.00	DÍVIDA ATIVA NAO TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.2.9.1.05.00	(-) PERDAS ESTIMADAS EM CRÉDITOS DE DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.1.1.04.00	DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	27.228.479,19	489.853,40	5.537.720,68	22.180.611,91
1.2.1.1.1.99.04	(-) AJUSTE DE PERDAS DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	22.827.945,70	22.827.945,70
1.2.1.1.1.05.00	DÍVIDA ATIVA NAO TRIBUTÁRIA	593.732,23	1.443.143,00	690.535,48	1.346.339,75
1.2.1.1.1.99.05	(-) AJUSTE DE PERDAS DE DÍVIDA ATIVA NAO TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	506.394,22	506.394,22

Fonte: Processo TC 06824/2022-6 - Prestação de Contas Anual/2021 – Balancete Contas

Observando-se a movimentação das contas nos demonstrativos contábeis, resumidos na tabela acima, constata-se o reconhecimento, mensuração e evidenciação da dívida ativa, inclusive a respectiva provisão para perdas.

3.10.2 RECONHECIMENTO, MENSURAÇÃO E EVIDENCIAÇÃO DOS BENS DO ATIVO IMOBILIZADO E RESPECTIVA DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO OU EXAUSTÃO.

A tabela a seguir demonstra a movimentação das contas que registram o imobilizado e o intangível, inclusive a depreciação, exaustão e amortização acumuladas, no exercício sob análise.

Tabela 29) Ativo Imobilizado Depreciação, Exaustão e Amortização Acumulada

Código Contábil		Saldo Inicial	Movimento a Débito	Movimento a Crédito	Saldo Final
1.2.3.1.0.00.00	BENS MOVEIS	25.457.803,15	1.766.935,66	5.222.228,13	22.002.510,68

1.2.3.8.1.01.00	(-) DEPRECIACAO ACUMULADA - BENS MÓVEIS	6.880.073,30	1.696.089,37	1.939.266,83	7.123.250,76
1.2.3.8.1.03.00	(-) EXAUSTAO ACUMULADA - BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3.2.0.00.00	BENS IMOVEIS	257.421.233,94	99.029.146,19	9.656.108,05	346.794.272,08
1.2.3.8.1.02.00	(-) DEPRECIACAO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS	3.155.177,46	0,00	1.828.261,52	4.983.438,98
1.2.3.8.1.04.00	(-) EXAUSTAO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4.0.0.00.00	INTANGIVEL	300.115,98	0,00	0,00	300.115,98
1.2.4.8.0.00.00	(-) AMORTIZACAO ACUMULADA	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Processo TC 06824/2022-6 - Prestação de Contas Anual/2021 – Balancete Contas

Os valores listados na tabela seguinte, correspondem ao registro das variações diminutivas (despesas) decorrentes da depreciação, exaustão e amortização de bens do imobilizado realizadas ao longo do exercício.

Tabela 30) Contas para Registro das Despesas com Depreciação, Amortização e Exaustão

Código Contábil		Saldo antes do encerramento
3.3.3.1.1.01.01	DEPRECIACÃO DE BENS MÓVEIS	1.939.266,83
3.3.3.1.1.01.02	DEPRECIACÃO DE BENS IMÓVEIS	1.828.261,52
3.3.3.3.1.01.00	EXAUSTAO DE IMOBILIZADO	0,00
3.3.3.2.1.01.00	AMORTIZACAO DE IMOBILIZADO	0,00
3.3.3.2.1.02.00	AMORTIZACAO DE INTANGIVEL	0,00

Fonte: Processo TC 06824/2022-6 - Prestação de Contas Anual/2021 – Balancete Contas

Tabela 31) Despesas Decorrentes de Depreciação, Amortização e Exaustão no Exercício

Mês	333110101	333110102	333310100	333210100	333210200	Total Geral
Janeiro	165.069,41	150.935,39	0,00	0,00	0,00	316.004,80
Fevereiro	160.670,22	150.936,95	0,00	0,00	0,00	311.607,17
Março	169.949,75	150.936,45	0,00	0,00	0,00	320.886,20
Abril	169.956,95	150.935,76	0,00	0,00	0,00	320.892,71
Mai	173.045,64	150.935,61	0,00	0,00	0,00	323.981,25
Junho	173.325,53	150.936,60	0,00	0,00	0,00	324.262,13
Julho	173.991,55	150.935,63	0,00	0,00	0,00	324.927,18
Agosto	174.316,49	150.936,08	0,00	0,00	0,00	325.252,57
Setembro	144.078,82	150.936,49	0,00	0,00	0,00	295.015,31
Outubro	144.644,85	150.934,70	0,00	0,00	0,00	295.579,55
Novembro	144.639,29	159.450,32	0,00	0,00	0,00	304.089,61
Dezembro	145.578,33	159.451,54	0,00	0,00	0,00	305.029,87
Total Geral	1.939.266,83	1.828.261,52	0,00	0,00	0,00	3.767.528,35

Fonte: Processo TC 06824/2022-6 - Prestação de Contas Anual/2021 – Balancete Contas

Observando-se a movimentação das contas nos demonstrativos contábeis, resumidos nas tabelas acima, constata-se o reconhecimento, mensuração e evidência dos bens do imobilizado, da depreciação, exaustão ou amortização acumuladas, bem como das respectivas despesas.

3.10.3 RECONHECIMENTO, MENSURAÇÃO E EVIDENCIAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES POR COMPETÊNCIA DECORRENTES DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A tabela a seguir demonstra a movimentação das contas que registram as despesas com 13º e abono de férias, benefícios comuns a todos os empregados, no período sob análise.

Tabela 32) Contas para Registro das Despesa com 13º Salário e Férias

Código Contábil		Saldo antes do encerramento
3.1.1.1.1.01.22	13. SALÁRIO (RPPS)	0,00
3.1.1.1.1.01.21 3.1.1.1.1.01.24	FÉRIAS – VENCIDAS E PROPORCIONAIS (RPPS) FÉRIAS – ABONO CONSTITUCIONAL (RPPS)	0,00
3.1.1.2.1.01.22	13. SALARIO (RGPS)	1.023.458,02
3.1.1.2.1.01.21 3.1.1.2.1.01.24	FÉRIAS – VENCIDAS E PROPORCIONAIS (RGPS) FÉRIAS - ABONO CONSTITUCIONAL (RGPS)	832.953,06

Fonte: Processo TC 06824/2022-6 - Prestação de Contas Anual/2021 – Balancete Contas

Tabela 33) Despesas com 13º e férias no exercício

Mês	311110122	3.1.1.1.1.01.21 3.1.1.1.1.01.24	311210122	3.1.1.2.1.01.21 3.1.1.2.1.01.24	Total Geral
Janeiro	0,00	0,00	85.657,24	46.533,89	132.191,13
Fevereiro	0,00	0,00	90.489,21	76.495,72	166.984,93
Março	0,00	0,00	86.926,69	121.971,61	208.898,30
Abril	0,00	0,00	87.239,96	84.118,13	171.358,09
Maio	0,00	0,00	83.962,46	-14.603,64	69.358,82
Junho	0,00	0,00	113.542,93	158.249,36	271.792,29
Julho	0,00	0,00	59.239,95	71.560,42	130.800,37
Agosto	0,00	0,00	96.584,20	-31.253,42	65.330,78
Setembro	0,00	0,00	64.871,07	91.012,87	155.883,94
Outubro	0,00	0,00	96.153,57	126.627,62	222.781,19
Novembro	0,00	0,00	68.732,78	96.235,74	164.968,52
Dezembro	0,00	0,00	90.057,96	6.004,76	96.062,72
Total Geral	0,00	0,00	1.023.458,02	832.953,06	1.856.411,08

Fonte: Processo TC 06824/2022-6 - Prestação de Contas Anual/2021 – Balancete Contas

Observando-se a movimentação das contas nos demonstrativos contábeis, resumidos na tabela acima, constata-se o reconhecimento, mensuração e evidenciação das despesas dos benefícios a empregados selecionados por competência.

4. MONITORAMENTO

Em consulta ao sistema de monitoramento deste TCEES não foram constatadas ações pertinentes ao exercício em análise.

Tabela 34) Ações de Monitoramento

Deliberação	Processo	Descrição da Providência	Forma de Monitoramento
[*****]	[*****]	[*****]	[*****]

Fonte: Sistema E-TCEES

5. CONCLUSÃO E PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

A Prestação de Contas Anual, ora avaliada, refletiu a atuação do gestor responsável, no exercício das funções administrativas na Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy.

Respeitado o escopo delimitado pela Resolução TC 297/2016, a análise consignada neste Relatório Técnico Contábil teve por base as informações apresentadas nas peças e demonstrativos contábeis encaminhados pelo gestor responsável, nos termos da Instrução Normativa 68/2020.

Sob o aspecto técnico-contábil, opina-se pelo julgamento regular da prestação de contas sob a responsabilidade de DORLEI FONTAO DA CRUZ, no exercício de 2021, na forma do artigo 84 da Lei Complementar Estadual 621/2012.

Vitória, 03 de fevereiro de 2023.

Cesar Augusto Tononi de Matos
Auditor de Controle Externo